

PERSPECTIVAS FUTURAS DA HEGEMONIA MUNDIAL EM FUNÇÃO DA CRISE ECONÔMICA

Luiz Alfredo Salomão*

RESUMO

A equação de poder científico-tecnológico e militar mundial não se alterou, parece que não vai se alterar nos próximos 30 anos, em função da evolução da crise econômico-financeira deflagrada em 2007/08, que se estende até o presente, e das políticas fiscais, monetárias e regulatórias adotadas pelos países centrais para enfrentá-la. Os chamados países emergentes adquiriram proeminência no cenário internacional, mas não o suficiente para alterar o equilíbrio vigente desde a II Grande Guerra, com ligeiras mudanças, tal como a queda da URSS e o surgimento da Federação Russa. O artigo procura mostrar que o equilíbrio atual tende a se manter no futuro a longo prazo, a menos que surjam novos fatos imprevisíveis no momento.

Palavras-chave: Crise econômica. Regulação bancária. Desenvolvimento científico e tecnológico. Defesa e hegemonia mundial.

WORLD HEGEMONY FUTURE PERSPECTIVES DEPENDING ON ECONOMIC CRISIS

ABSTRACT

The world military and scientific-technological power equation has not changed and seems not to change in the following 30 years due to the increasing economic and financial crisis ignited in 2007/08, which has extended so far, as well as, regulatory, monetary and fiscal policies adopted by the central countries to face it. The emerging countries have become prominent in the international scenario, but not enough to change the actual balance which comes from the Second World War, with slight changes, such as the fall of the USSR and the emergence of the Russian Federation. This article seeks to show that the present balance tends to remain in a long-term future, unless new and unpredictable facts occur.

Keywords: Economic Crisis. Bank regulation. Scientific and Technological Development. Defense and world hegemony.

* Professor e pesquisador da Escola de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Instituto Universidade de Pesquisas da Universidade Candido Mendes. Contato: <luizalfredosalomao@gmail.com>

PERSPECTIVAS FUTURAS DEL HEGEMONÍA MUNDIAL DEPENDIENDO DE LA CRISIS ECONÓMICA

RESUMEN

La ecuación del poder militar científico-tecnológico no ha cambiado, y parece que no va a cambiar en los próximos 30 años a causa de la crisis económica y financiera en evolución iniciada en 2007/08, que se extiende hasta el presente, y políticas fiscales, monetarias y regulatorias adoptadas por los países centrales para hacer frente a ella. Los llamados países emergentes han ganado protagonismo en la escena internacional, pero no lo suficiente para cambiar el equilibrio actual desde la Segunda Guerra Mundial, con ligeros cambios, como la caída de la URSS y el surgimiento de la Federación Rusa. El artículo trata de mostrar que el saldo actual tiende a permanecer en el futuro a largo plazo, a menos que existan nuevos hechos imprevisibles en este momento.

Palabras clave: Crisis económica. La regulación bancaria. El desarrollo científico y tecnológico. Defensa y la hegemonía mundial.

1 ORIGENS DA CRISE ECONÔMICA ATUAL E O PÓS-CRISE

Há muito tempo, analistas de diferentes extrações acadêmicas vêm dedicando atenção para entender as diversas dimensões e propor soluções para a crise em curso, desencadeada em 2007/08, com o estouro do mercado de hipotecas subprime nos EUA, levando de roldão todo o mercado financeiro norte-americano, além de outras empresas não estritamente financeiras. Muitas comparações são feitas com a Crise de 1929 (GALBRAITH, 2010), mas, apesar de em ambas a especulação ter extrapolado os limites, as diferenças avultam mais que as semelhanças.

O estopim da crise atual foi o fato de que agentes financeiros autorizados (bancos de crédito imobiliário) e não autorizados (bancos comerciais, de investimentos, seguradoras, gestores de recursos de terceiros, como os hedgefunds) operaram com hipotecas de alto risco¹. Os agentes não autorizados disfarçaram suas operações com hipotecas através de artifícios financeiros, de modo a fraudar

1 As hipotecas subprime emitidas em troca de financiamentos imobiliários concedidos a tomadores sem capacidade comprovada de pagamento das prestações (negros, chicanos, sem emprego assalariado ou renda garantida, e pobres em geral, sem cartão de crédito e sem cadastro nas grandes cadeias de lojas, etc.), tendo como garantias os próprios imóveis adquiridos, com taxas de juro baixas e fixas, nos dois primeiros anos, e elevadas e variáveis, de acordo com as taxas básicas praticadas pelo Sistema de Reserva estadunidense (FED), nos 28 anos restantes do prazo de amortização. As hipotecas subprime foram assim denominadas em contraposição aos mesmos títulos de dívida emitidos contra devedores de primeira qualidade, os prime, que tinham crédito para financiar seu consumo garantido por empresas de cartões ou nas instituições de comércio. Para uma discussão detalhada sobre o instituto da hipoteca e os mercados que negociam títulos nela baseados veja artigo citado na nota seis.

a regulação/supervisão bancária vigente (baseada nos acordos Basileia I e II e na Lei Glass-Steagall, de 1933), que os proibia de financiá-las, com a conivência das agências de rating (Standar&Poors, Ficht, Moodle e outras) e a desatenção da própria fiscalização do Sistema FED². Como essas operações de crédito subprime eram altamente rentáveis, todos os agentes captaram recursos de terceiros o quanto puderam para reemprestar naquele mercado florescente e lucrativo (processo conhecido como “alavancagem” ou leverage, em inglês).

Contaminados pelos riscos de crédito concedido irresponsavelmente e sem defesas suficientes — que deveriam constituir com reservas de capital próprio proporcionais, ao invés de altíssima alavancagem³ — os órgãos do sistema financeiro estadunidense sofreram verdadeira “septicemia”, com sequelas inclusive nos bancos estrangeiros que tinham filiais atuando naquele mercado (da Europa, especialmente da Espanha, mas também da China, Austrália, Nova Zelândia etc., mas, felizmente, não do Brasil, cujo Banco Central atuou com maior rigor, exigindo o cumprimento pelas instituições financeiras das regras de Basileia I e II e não as liberou para operar com ativos estrangeiros).

Os marcos críticos da evolução da crise foram: (i) a falência do megabanco Lehman Brothers (após a quebra de uma série de bancos de poupança e empréstimos vinculados a crédito imobiliário, além de várias instituições gestoras de recursos de terceiros), em setembro de 2008; (ii) a partir daí e até 2009, a total estagnação das operações no mercado interbancário (no qual um banco com sobras de caixa empresta a outros que estão com falta de liquidez), paralisado pela desconfiança que cada banco tinha sobre a saúde financeira dos demais; (iii) ainda em 2009, o resgate de uma série de empresas produtivas (dentre as quais algumas que foram estatizadas: General Motors e a Chrysler (ao custo de US\$ 25 bilhões), além da seguradora AIG (a quem foi concedida uma linha de crédito de US\$ 85 bilhões de recursos públicos, tendo como garantia 80% de suas ações nas mãos do governo) e dos bancos de crédito imobiliário de segunda linha Fannie Mae e Freddie Mac, instituições privadas, mas patrocinadas pelo governo federal americano; (iv) na primavera de 2010, a eclosão da crise da dívida soberana de vários países europeus (Irlanda, Grécia, Islândia, Portugal, Itália, Espanha).

O valor total dos resgates (em inglês, bail out) diretos de empresas, somente nos EUA, é estimado em US\$ 180 bilhões⁴ de recursos públicos, sem contar o despendido para reforço de capital da Fannie Mae e Freddie Mac, estimado em US\$

2 FED é a abreviatura aqui empregada para significar Sistema de Reserva Federal dos EUA, instituição que exerce as funções de Banco Central naquele país.

3 Alavancagem financeira ou leverage é a relação entre recursos de terceiros (endividamento) e o patrimônio líquido (capital social+ reservas de capital) da empresa, ou instituição financeira.

4 “It Was Not a Free Lunch: The True Cost of the AIG Bailout” James Tilson and Robert E. Prasch, January 24, 2013. Publicado pelo blog The BIG Picture, em 28 de janeiro de 2013.

200 bilhões⁵. A maior intervenção estatal em empresas privadas de que se têm notícias na história do mundo, com apenas uns poucos protestos daqueles defensores radicais do capitalismo “puro”, que preferiam ver aquelas empresas estadunidenses fracassadas irem à falência, a sobreviverem no mercado à custa da injeção de dinheiro público. O governo dos EUA argumenta que as ações de controle das empresas que ficaram em seu poder, em garantia, já foram revendidas aos acionistas privados, com lucro para os contribuintes, após essas devolverem o que haviam tomado emprestado.

Se computados, porém, os subsídios embutidos na política monetária praticada após o estouro da crise, a chamada *quantitative easing* (ou *highly accommodative monetary policy*), que será discutido mais adiante, esse número certamente saltaria para a escala do trilhão de dólares.

Para a Europa, não há cálculos precisos sobre o valor total dos bailouts concedidos pelos governos nacionais dos Estados-membros aos bancos e a outras empresas do setor produtivo. Porém, sabe-se que grande parte do aumento da dívida soberana dos Estados da União Europeia — notadamente os PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) e mais Itália e França — foi destinado às operações de resgate de seus bancos e empresas produtivas nacionais. Não foi à toa que todos estes países, junto com os EUA, desceram na escala de classificação de empresas de rating. Como ordem de grandeza, pode-se situar o dispêndio dos governos da zona do euro para socorrer suas empresas, financeiras e não financeiras, também na escala de trilhão de dólares.

Todas essas mudanças — que encerraram o ciclo virtuoso de crescimento econômico mundial iniciado em 2003 e constituíram verdadeiras catástrofes para grande número de cidadãos que ficaram sem suas casas e/ou sem empregos, para muitos investidores que tiveram consideráveis perdas patrimoniais e para empresas produtivas que ficaram sem crédito e com mercados encolhidos — são decorrências da chamada globalização. Ou seja, do conjunto de processos de integração econômico-financeira e produtiva de quase todos os países, que exigiram a desregulação dos mercados nacionais, ou re-regulação em bases mais frouxas, visando à liberalização dos fluxos de capital e de comércio entre eles. Tais objetivos foram alcançados, em todas as nações, sem exceção, à custa do aumento das desigualdades sociais, da decomposição da democracia política e do enfraquecimento dos Estados, mediante o encolhimento da respectiva soberania nacional (HALAMI — 2013)⁶.

5 Flávia Barbosa, em *O Globo* de 7/08/2013, em reportagem sobre a visita do presidente Obama a Phoenix, faz menção a um dispêndio do Tesouro de US\$ 141 bilhões para resgatar as duas gigantes do crédito imobiliário, em 2009.

6 Para mais detalhes factuais, fundamentação conceitual e análises contemporâneas à eclosão da crise do mercado de hipotecas subprime (ago. 2007) e a quebra do Lehman Brothers (set. 2008), recomenda-se a leitura de (SALOMÃO—2008) e (SALOMÃO— 2009).

As ferramentas de política monetária postas em prática pelo governo Obama não são muito diferentes daquelas aplicadas durante o governo Bush, criando-se condições para fomentar o surgimento de novos fatores indesejáveis, capazes de criar distorções econômicas imprevisíveis.

A esses riscos provenientes dos EUA somam-se outros que estão a eles interligados, como, por exemplo, os associados às políticas anunciadas pelo primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, em dezembro de 2012, de expansão monetária para ajudar na recuperação da terceira economia do mundo; os riscos de aprofundamento da recessão inerentes às políticas de austeridade fiscal impostas aos países europeus pelo diktat do poder alemão, apesar dos protestos dos trabalhadores organizados da Europa do Sul e da França; e os riscos decorrentes das políticas de desenvolvimento que estão sendo postas em prática pelo novo governo da China (liderado por Li Keqiang), mais focadas no fortalecimento do mercado interno e na melhoria da qualidade de vida dos chineses, segundo o Plano Quinquenal, aprovado no apagar das luzes do governo anterior (liderado por Wen Jiabao).

O que pode resultar de tudo isso no período 2015 a 2020, quando se espera, sem base em fatores objetivos de convicção, que a atual crise tenha sido superada? Qual será a nova arquitetura do poder econômico e militar mundial ao final deste período? O que ocorrerá com a Europa, se a situação econômica da Alemanha continuar se distanciando daquela dos países que estão enfrentando a estagnação e perda de competitividade? E o Brasil nesse cenário, cuja evolução provável ainda é pouco nítida, mas ao qual tem de estar atento?

2 COMO OS PRINCIPAIS PAÍSES ESTÃO REAGINDO

A crise de 2007/08 teve suas raízes na política monetária posta em prática a partir de 2001, após o atentado às Torres Gêmeas, pelo Federal Reserve System, sob a presidência de Allan Greenspan. A política teve como objetivo evitar a recessão, provocada pela intimidação dos consumidores e empresários com o terrorismo, por meio do estabelecimento de juros reais negativos e grande expansão monetária. Como reflexo disto: a potencialização do boom imobiliário que vinha desde os anos 90, com 70% das famílias americanas transformando-se em proprietários de suas casas, e o surgimento de um segmento artificial (o das hipotecas subprime), paralelo ao pujante mercado de hipotecas dos EUA, para financiar habitações para pessoas de baixa renda ou sem renda regular, ou financiar o consumo em geral (viagens, estudo dos filhos, novos bens etc.) com a garantia hipotecária da própria casa.

Como os preços das casas aumentavam continuamente, permitindo novos refinanciamentos, estabeleceu-se uma “corrente da felicidade”, só interrompida com a mudança da política monetária de Allan Greenspan, que, para enfrentar uma alta inflacionária, elevou as taxas de juros dos FED funds — custo dos recursos do

Sistema de Reserva Federal (equivalente a um Banco Central) emprestados aos bancos com necessidade de liquidez. Isso levou à inadimplência dos devedores hipotecários subprime, ao despejo deles em massa (foreclosure), à queda acentuada do preço das residências, à paralisação da construção de novas moradias e à falência dos bancos de crédito imobiliário e de outras instituições financeiras e não financeiras com eles envolvidas.

Em essência, a política posta em prática durante o período Greenspan, apesar das mudanças de instrumentos, é a mesma adotada pelo FED, ao longo da presidência de Ben Bernanke e depois de Janet Yellen, ou seja, juros reais negativos e expansão monetária acentuada, sob a justificativa oficial de baixar o desemprego e manter a inflação no nível desejado de 2% ao ano para evitar o risco de deflação⁷. O desemprego nos EUA, que chegou a atingir cerca de 10% da força de trabalho, no auge da crise, hoje está em 7,6%⁸, inferior, portanto, à taxa de setembro de 2012, quando se tomaram novas medidas monetárias (QE 3), e que era de 8,1%. As empresas norte-americanas não rurais criaram cerca de 200.000 empregos/mês em 2013, o que indica razoável ritmo de recuperação econômica, porém os níveis de desemprego e subemprego ainda estão acima das taxas de longo prazo. A taxa de inflação anual até maio de 2013 estava em torno de 1%, aquém, por conseguinte, da meta de 2% ao ano (a.a.) estabelecida como objetivo de política monetária. É preciso elevar a inflação para ajudar na recuperação econômica, que vem ocorrendo em ritmo moderado, mas com sinais estimulantes pelo que se pode observar no mercado de residências, em que se observa elevação do preço das casas, aumento das vendas e o maior volume de construção de novas residências. Por conseguinte, o comitê de política monetária da Reserva Federal (FOMC, equivalente ao nosso COPOM) considera que não deverá alterar a taxa dos FED funds, mantida pouco acima de zero, nem a política de compra de títulos do Tesouro e de títulos privados baseados em hipotecas (MBS), apenas reduzindo gradualmente o valor das compras mensais destes papéis (que era de US\$ 85 bilhões/mês no início de 2013 e já está em apenas US\$ 55 bilhões em abril de 2014⁹, com tendência de redução futura).

Tal política monetária promove, simultaneamente, a desalavancagem dos bancos norte-americanos e desvaloriza o dólar estadunidense, outro objetivo implí-

7 Coerentemente, aliás, com o mandato legal do Sistema de Reserva Federal, que é o de buscar manter o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Aliás, este deveria ser também o mandato do Banco Central do Brasil.

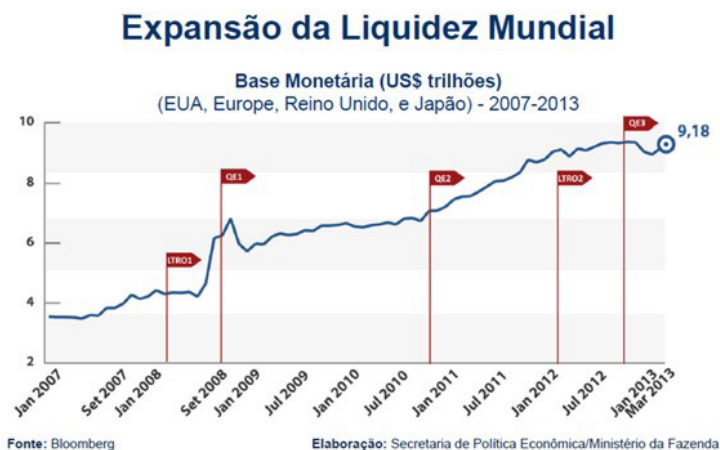
8 Dados fornecidos pelo Chairman do Sistema Federal de Reserva, Ben S. Bernanke, na sessão em que foi apresentada a prestação de contas sobre a política monetária do FED, perante o Comitê de Bancos, Habitação e Negócios Urbanos do Senado Americano, em 18 de julho de 2013.

9 Dados fornecidos pela Chairman do FRS, Janet Yellen, em conferência de imprensa do dia 19 de março de 2014

cito, desejado para melhorar o desequilíbrio no balanço de pagamentos, mas com incalculáveis custos para o contribuinte estadunidense e com sérias consequências para a economia de outros países importadores de capital estrangeiro, como, por exemplo, o Brasil.

Políticas monetárias expansionistas semelhantes a dos EUA estão sendo praticadas no Japão, na Europa e, talvez, na China (de onde as notícias são até certo ponto incertas), com o objetivo de evitar a depressão econômica, na Europa, ou a desaceleração brusca, no caso da China. O resultado disso, como se pode observar no Gráfico a seguir, é que a liquidez mundial foi multiplicada por três no último quinquênio.

GRÁFICO I



Tal inundação de meios de pagamento criará condições para novas e imprevisíveis transformações econômicas mundiais, as quais não necessariamente serão as desejáveis para países em desenvolvimento como o Brasil. Novas bolhas especulativas? Desnacionalização em massa de empresas nacionais em países importadores de capital? Mudanças dramáticas no ranking das maiores economias do mundo em função de uma possível estagnação prolongada europeia e japonesa? Grandes movimentos políticos de massa contra os atuais modelos econômicos praticados em diferentes nações? Graves consequências para o Brasil e outros exportadores de commodities com a desaceleração da locomotiva chinesa? Como ficará o emprego em escala mundial? E os fluxos migratórios mudarão de direção e sentido?

O Brasil reagiu à crise internacional prontamente, em 2008, e da maneira correta. Estimulou o consumo doméstico com políticas anticíclicas, tais como a redução da carga tributária através de desonerações tributárias, especialmente

para os automóveis, cuja indústria montadora tem grande capacidade de transmissão dos incentivos à demanda a outras indústrias fornecedoras de insumos. Não obstante estarem alertas, as autoridades governamentais não tiveram a coragem de mudar a essência da política econômica brasileira no final do governo Lula, o chamado tripé: superávit primário-metas de inflação-câmbio flutuante, de modo que se manteve a prática de uma taxa de juros muito mais alta do que a dos demais mercados financeiros relevantes, único instrumento de combate à inflação que o Banco Central aplicava.

A consequência maléfica desta inércia na política econômica foi: o intenso fluxo de capitais estrangeiros — propiciado pelo QE generalizado, acima comentado — para se aproveitar da taxa de juro real brasileira, bem maior do que zero, como vigia nos EUA e em outras praças; a apreciação do Real frente às outras moedas; a deterioração do balanço de pagamentos com a queda das exportações e o aumento das importações; o arrefecimento dos investimentos para expandir a capacidade produtiva que estava se recuperando e, após o superaquecimento econômico de 2010 (quando o PIB cresceu 7,5% em relação ao ano anterior), uma queda drástica no patamar de crescimento econômico, para cerca de 2% ao ano.

Logo ao assumir, em 2011, governo Dilma tomou várias medidas restritivas à atividade econômica para desacelerar o crescimento do PIB (a taxa SELIC chegou a 12,5% em agosto daquele ano), mas seus efeitos foram muito além do esperado. A partir de outubro de 2011, começou a mudar a política econômica, praticamente abandonando — sem, no entanto, o reconhecer — o tripé monetário/fiscal/cambial, e reduzindo significativamente a taxa de juros para níveis mais próximos dos vigentes no mercado internacional (chegando a 7,25% em março de 2013). Cerceou, também, o ingresso de capitais especulativos, através de sua taxação, obtendo como consequência a desejada desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras. Tal movimento, saudável para as contas externas de forma geral (cujo desequilíbrio tradicional na conta de serviços foi agravado pelo crescente déficit Comercial), refletiu-se de forma negativa sobre a inflação porquanto muitos insumos estão indexados ao câmbio (as commodities agrícolas, minerais e os combustíveis cuja importação cresceu assustadoramente).

A deterioração de alguns indicadores (taxa de inflação crescente, recuos na produção industrial, déficit no balanço de pagamentos, formação do superávit primário aquém do desejado pelo mercado etc.), com intensa repercussão na mídia, provocou insegurança nos agentes econômicos e a inibição dos programas de investimentos das empresas, apesar da preservação dos altos índices de emprego e da manutenção do consumo em patamares altos. A expectativa de elevação da inflação levou o governo a novamente elevar a taxa de juro básica, cuja queda anterior (a 7,25%) não durou o suficiente para motivar as empresas a investir em expansão da capacidade produtiva.

Essa falta de firmeza nos objetivos e na condução da política econômica, associada a uma conjuntura política bastante complicada (protestos populares nas grandes cidades, queda de prestígio das instituições políticas, insatisfação em várias categorias profissionais, base parlamentar do governo negaceando apoio, etc.), projeta incertezas quanto à evolução futura da economia brasileira. Sabe-se de antemão que o crescimento econômico será modesto em 2014 e 2015, além do que, possivelmente, a excepcional situação do emprego poderá não ser mantida nos próximos meses. Não há, porém, qualquer sinal que indique uma opção do governo por restrições ao crédito e ao consumo, com consequências em médio prazo sobre o emprego.

No longo prazo, porém, o Brasil precisa redefinir uma estratégia de desenvolvimento que priorize a Questão Urbana (transportes públicos, saneamento, crescimento desordenado das manchas urbanas, violência etc.), cujo descalabro atual finalmente entrou na agenda da sociedade e, por consequência na dos governos, da Energia (sua taxaço, balanço entre fontes renováveis e não renováveis, investimentos públicos e privados, eficiência energética e outros temas), além da Educação (formação de recursos humanos adequados para viabilizá-lo o desenvolvimento, elevação dos gastos para 10% do PIB) e do Desenvolvimento Científico-Tecnológico e da Inovação.

3 REFORMAS FINANCEIRAS PARA EVITAR NOVAS CRISES DO GÊNERO

Diminuem a cada dia as expectativas do impacto da entrada em vigor dos acordos¹⁰ de Basileia III para tornar mais seguras as operações dos bancos que atuam internacionalmente, no sentido de diminuir os riscos de contágio e sua propagação. Para facilitar o entendimento, podem ser simplificados os objetivos dos acordos de Basileia I e II, resumindo-os à regra de segurança de que, por exemplo, um banco não deveria ter operações ativas (aquelas em que o banco aplica os recursos próprios e de terceiros de que dispõe, em empréstimos, financiamentos, investimentos etc.) que montassem a mais de 10 ou 12 vezes seu patrimônio líquido. Isto limita a alavancagem, isto é, o endividamento excessivo do banco para emprestar cada vez mais.

Nos EUA, algumas instituições financeiras mais aventureiras chegaram a aplicar até 65 vezes seu equity (patrimônio líquido), tornando-se fortes candidatas à

10 Os acordos de Basileia são estabelecidos sob a égide do BIS-Bank for International Settlements, através deles são instituídas regras operacionais para os bancos, visando a cobertura de riscos para cada tipo de modalidade operacional bancária (crédito de curto e longo prazo, operação de câmbio, participações em empresas, derivativos etc.), através da fixação de limites para o comprometimento do capital e reservas de lucros do banco com cada modalidade, entre outras regras.

falência. O BIS-Bank for International Settlements oferece uma descrição detalhada do Acordo Basileia III (BIS-2010); outra apresentação, mais esquemática e resumida (ACCENTURE—2011)..

Também ainda não se fizeram sentir mudanças no mercado financeiro dos EUA, em função da entrada em vigor, em 2010, da polêmica Lei Dodd-Frank (FERREIRA—2011). Aprovada depois de longa batalha parlamentar travada no Congresso, com o empenho do presidente Obama, seu texto¹¹ estipulou novas regras para a regulação das empresas financeiras dos EUA — estendendo o poder de supervisão/fiscalização do FED, antes restrito aos bancos comerciais, para instituições financeiras consideradas importantes em termos de risco sistêmico (dentre as quais corretoras, bancos de crédito imobiliário e de investimento, seguradoras, hedge funds etc.) — segundo critérios determinados na lei.

Também foi criado, pela lei, um Conselho de Risco Sistêmico, que tem como missão monitorar os diferentes segmentos do mercado financeiro e outros mercados (como o de seguros, de leasing, de habitação etc.), em que operem empresas consideradas importantes por seu porte. Este Conselho tem ainda a obrigação de emitir avisos a respeito da formação de bolhas especulativas e de alterações indesejáveis na conjuntura daqueles mercados.

Esse Conselho comunicou em julho de 2013 ao Comitê de Bancos, Habitação e Negócios Urbanos do Senado dos EUA, que foi concluída a norma para a implantação das regras acordadas em Basileia III, para aplicação às empresas financeiras e não financeiras estadunidenses que atuam em escala internacional e que representam risco sistêmico. A expectativa é que, em função do melhor monitoramento dos bancos e grandes empresas, se possa prevenir a ocorrência de crises sistêmicas semelhantes à de 2007/08, e que desapareça a figura de instituições “tão grandes que não possam ir à falência” e que, por isso, precisem ser socorridas com dinheiro dos contribuintes.

Basileia III e a nova lei bancária dos EUA foram as medidas de reação regulatória à crise acertadas no âmbito do G-20, em 2008/2009. É claro que elas diminuem a probabilidade de surgimento de novas crises semelhantes a de 2008 e que se desdobra até o presente. Mas o capitalismo tem enorme capacidade criativa para, no futuro, inventar mecanismos que possam burlar as novas regras regulatórias e instituir novos espaços de especulação e geração de lucros extraordinários, aproveitando-se de falhas de regulação, até que haja uma nova explosão. O combustível para isso continua a ser propiciado pelas políticas monetárias de QE em vigor, conforme apresentado na seção 2.

11 A Lei Dood-Frank tem 1.500 artigos e 2.300 páginas, e trata de diversos assuntos, inclusive a proteção do consumidor. Um resumo muito curto da mesma, feito pelo prof. Lúcio Ferreira está disponível através do link apresentado na Referência (FERREIRA—2011)

4 O FANTASMA DO DESEMPREGO COMBINADO COM A SITUAÇÃO FISCAL E DO CRÉDITO PÚBLICO

É completamente fora do contexto, a preocupação, no Brasil de hoje, com o desemprego. Mas essa não é a situação típica da maior parte das economias. Como se viu, nos EUA, à custa de uma política monetária altamente polêmica, o desemprego está no momento (abril de 2014) situado em 6,5%, avaliado como elevado, pois acima da taxa média de longo prazo (5,8%). Na Europa, porém, a situação é dramática em alguns países, conforme se depreende do Quadro I seguinte.

Países ou regiões	Taxa de Desemprego (%)
União Europeia	11,3
Alemanha	5,6
Irlanda	14,6
Espanha	27,4
Itália	12,5
Reino Unido	20,3
Estados Unidos	7,6
Brasil	5,7

Quadro I: Situação do emprego em países selecionados (março de 2013).

Fontes: Autor, dados de Eurostat, Bureau of Labor Statistics, IBGE.

No sítio eletrônico do Departamento do Trabalho dos EUA (BUREAU OF LABOR STATISTICS-2012), pode-se acompanhar a evolução do desemprego em países europeus selecionados, nos EUA, na Austrália e no Japão, desde 2007. É interessante observar a explosão da taxa de desemprego dos EUA entre 2007 e 2009/10 (duplicou em três anos) e como os empregadores japoneses absorveram os efeitos da crise sem sacrificar o emprego.

No caso dos países europeus, em que a persistência do desemprego é maior, a grande questão é que seus governos, já limitados em sua política monetária — especialmente os que adotaram o Euro como moeda e, por isso, estão submetidos aos ditames do Banco Central Europeu — também não têm espaço para fazer política fiscal, porque apresentam elevados déficits públicos e estão

fortemente endividados. É o que se depreende do Gráfico III, que será exibido posteriormente.

Os países, que estão no primeiro quadrante do Gráfico III (rosa), situam-se “no pior dos mundos”, isto é, têm alto endividamento público e alto déficit público como proporção do PIB, superiores às médias europeias. Os que estão no segundo quadrante (branco) têm dívida pública como proporção do PIB elevada, porém déficit público menor do que a média dos países da União Europeia. As economias nacionais que habitam o terceiro quadrante (amarelo) são as mais equilibradas, no sentido de que suas relações Dívida Pública/PIB e Déficit Público/PIB são menores que os 85,3% e (-)4% médios da UE. Finalmente, no quarto quadrante (branco), estão os países com grandes déficits públicos e menos endividados que a média europeia.

Como se pode observar, excetuando a Alemanha — que é superavitária e cuja dívida pública, da ordem de 80% do PIB, é escalonada a longo prazo —, as grandes economias da Europa que apresentam as maiores taxas de desemprego (França, Itália, Inglaterra e Espanha) são, coincidentemente, as mais comprometidas do ponto de vista fiscal e de crédito público.

Esses países, não conseguem se endividar mais e para “rolar” suas dívidas têm de pagar altas taxas de juros. Portanto, com menor potencial para formular políticas públicas ativas que melhorem sua posição em termos de emprego. Já está comprovado que, em situação de desemprego elevado, em qualquer parte do mundo, dificilmente os governos conseguem reeleger-se ou fazer seu sucessor. O desemprego alto é sempre aliado da oposição política.

Os conservadores propõem para esses países políticas de desregulamentação do trabalho, ou seja, a perda de direitos trabalhistas conquistados no passado, com vistas a flexibilizar as relações de emprego e aumentar a produtividade dos trabalhadores através de maior exploração da mão de obra. Evidentemente, a organização política dos trabalhadores vai resistir o quanto puder a estas reformas e não há perspectivas de mudanças nas relações de trabalho na Europa em curto prazo.

Apesar dessa resistência, o fato é que está havendo um descolamento da situação da Alemanha em relação aos seus vizinhos, pois, enquanto estes estão estagnados e com alto desemprego, o PIB alemão se expande, suas exportações de produtos de alto valor agregado aumentam, há praticamente pleno emprego e seu desenvolvimento tecnológico evolui satisfatoriamente. Será possível manter tal desnível, ou o mesmo vai se ampliar?

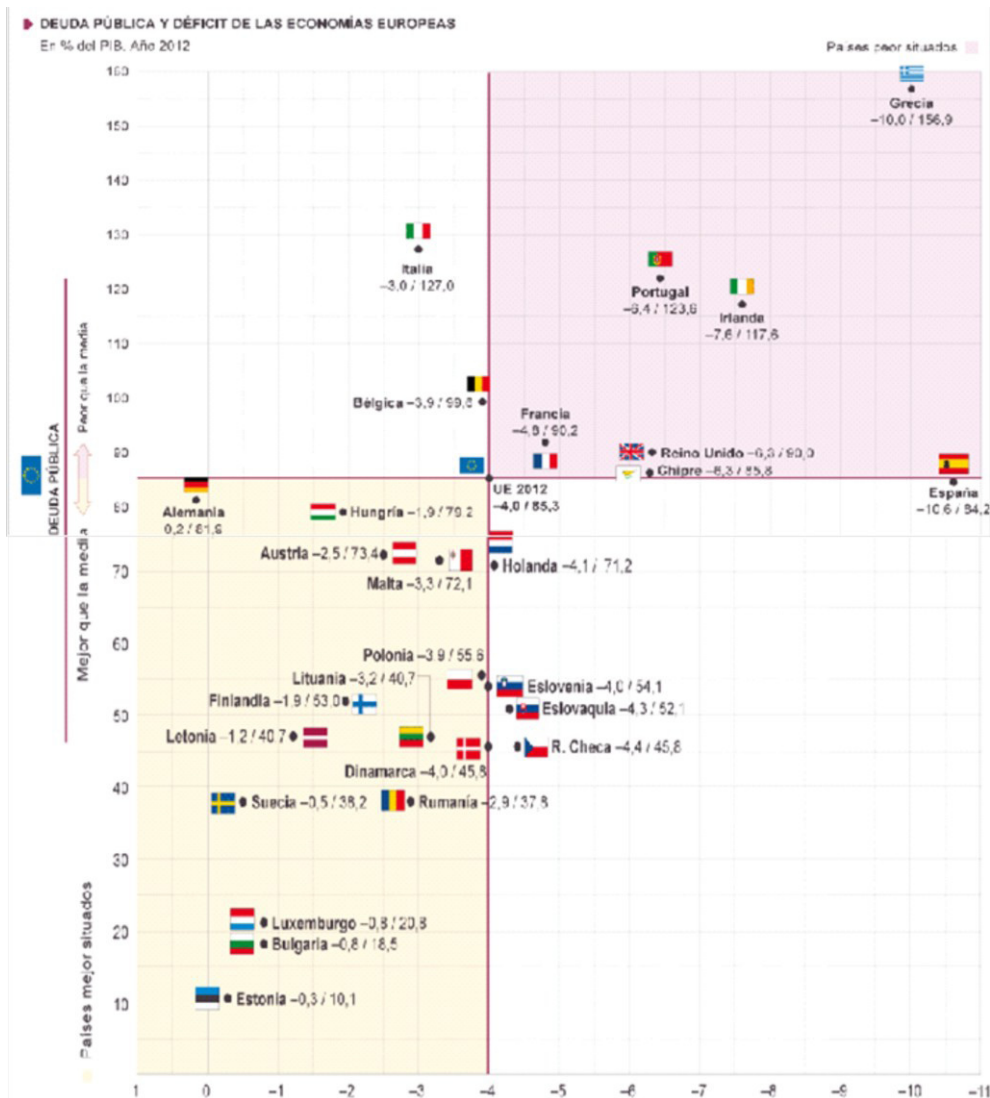


Gráfico III: Endividamento e déficit público na Europa.

Fonte: El País - El mapa de las cuentas públicas europeas. Madrid., de 2 abr. 2013.

5 PANORAMA MUNDIAL DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL

Após longa maturação conceitual, países de níveis de desenvolvimento intermediário, como o Brasil, finalmente compreenderam a importância da geração de inovações tecnológicas e gerenciais para aumentar a produtividade da economia e orientar os investimentos que levam ao crescimento econômico e à melhoria das condições de

vida de suas populações. Assim mesmo, no Brasil, foram quase 10 anos de intervalo entre a constatação da importância das inovações (governo FHC) e a emissão de políticas públicas de apoio (subsídios, financiamentos favorecidos, incentivos fiscais etc.) às empresas inovadoras (final do governo Lula). Os resultados ainda não apareceram na escala esperada, mas é preciso persistir nesse caminho por muito mais tempo.

Sem qualquer dúvida, os países que mais investem em desenvolvimento científico-tecnológico e em inovação (C&T&I) são aqueles que têm melhores perspectivas de expansão industrial, da infraestrutura de serviços e de hegemonia no comércio internacional de bens de alto valor agregado, como os dos setores: eletroeletrônico, da tecnologia da informação, aeroespacial, da energia nuclear e energias alternativas, biotecnologia e material de defesa. São os países que gerarão maior número de empregos qualificados e alta remuneração, podendo oferecer à sua população os melhores padrões de vida.

O Gráfico IV seguinte relaciona o volume de investimentos em C&T&I dos países do G-20, com o PIB respectivo (comprimento horizontal da faixa) e em termos absolutos (altura da faixa), bem como a composição de suas fontes de financiamento (recursos públicos em azul; privados em vermelho).

Note-se que a Coreia do Sul se sobressai dos demais em função do grande esforço de investimento que faz em C&T&I (3,7% do PIB), juntamente com enormes gastos em educação, o que permite antecipar que este país continuará a aumentar sua importância em ramos industriais tais como: eletroeletrônica e tecnologias da informação e comunicação (TICs), automobilística, construção naval e off-shore, energia nuclear e biotecnologia (em que ainda não despontou, mas deverá despontar em breve).

Da mesma forma, o Japão mantém elevado nível de investimentos nesse campo (3,4% do PIB), o que significa que não abdicará de sua condição de segunda potência tecnológica mundial, atrás apenas dos EUA, e com destaque nos mesmos segmentos acima mencionados para a Coreia.

Os Estados Unidos, apesar de investirem pouco menos de 3% de seu PIB no setor é, de longe, o país que mais aplica recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em termos absolutos, possuindo a melhor articulação institucional entre empresas-universidades/centros de pesquisa-governo/forças armadas para extrair os melhores resultados de cada dólar aplicado em C&T&I. Não se consegue visualizar qualquer setor em que a hegemonia científica, tecnológica e de inovação estadunidense esteja ameaçada, seja nos segmentos de ponta da indústria, como em TICs (em que japoneses, coreanos e taiwaneses são competitivos), em material de defesa (em que russos e alguns europeus são competitivos) ou em biotecnologia (em que europeus também competem acirradamente).

A firme liderança americana no desenvolvimento C&T&I é talvez a principal garantia do argumento de que, se é verdade que a escala relativa de poder econômico e militar dos países tende a se alterar em intervalos de 20 a 50 anos, é altamente improvável que ocorra alguma mudança na primeira posição do ranking até 2050.

Da mesma forma, a Alemanha dificilmente perderá posição de relevo, ainda que seja apenas a quarta economia do mundo em termos de valor do PIB medido em PPP (sigla em inglês)-Paridade do Poder de Compra.

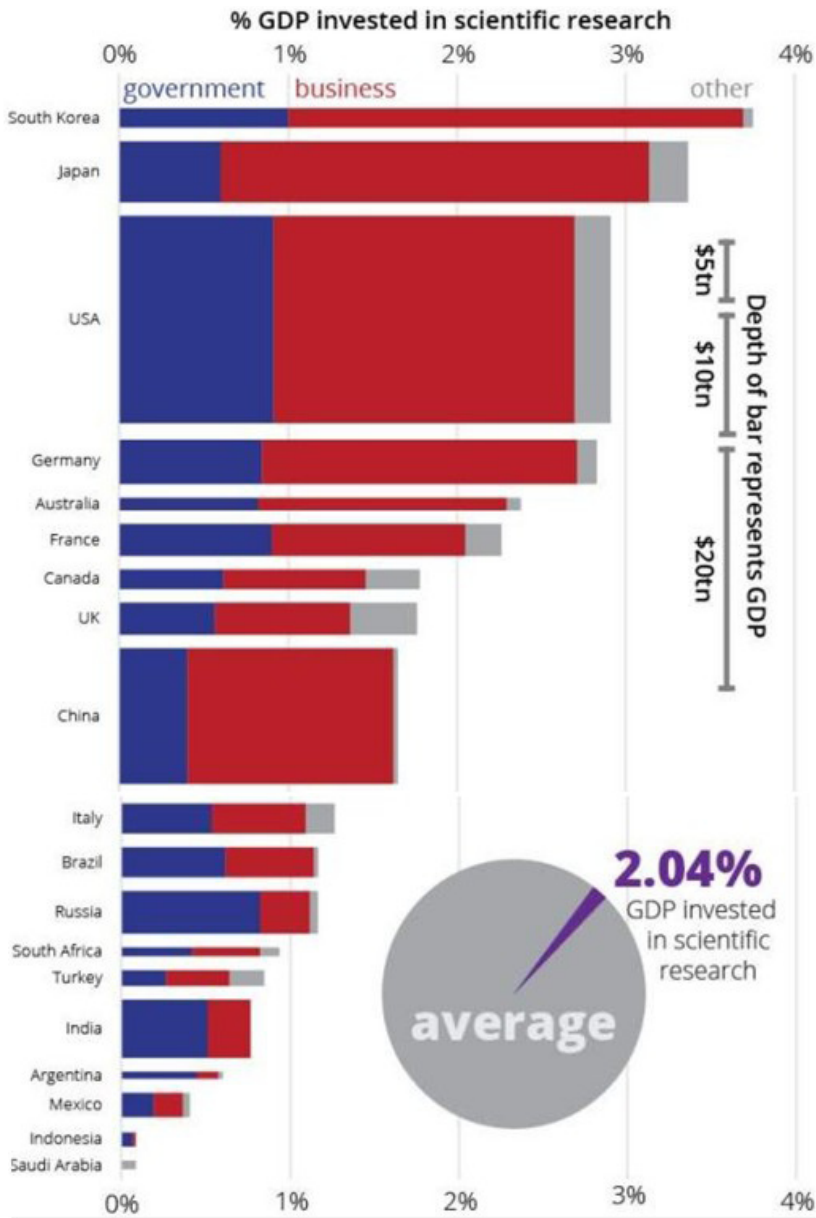


Gráfico IV: Porcentagem do PIB investido em pesquisa científica

Fonte: Andrew Steele, Tom Fuller, 29 de maio de 2013 – Scienceogram

Sua taxa de investimento em C&T&I como proporção do PIB (2,8%) é praticamente igual à norte-americana e sua articulação institucional entre indústria/governo/universidade /centro de pesquisa também é excelente¹².

Note-se também que a Alemanha não dedica recursos para P&D para a indústria de material de defesa, tendo em vista as restrições que sobre ela pesam para gastar na área militar. Isto reforça a posição da indústria civil alemã que, em termos relativos, gasta proporcionalmente mais do que a estadunidense em C&T&I.

A China — segunda economia do mundo em termos de PIB, medido em PPP — vem aumentando seu esforço de inversão em C&T&I, com resultados muito positivos em termos de aumento de sua produtividade média (que pode ser considerada muito baixa se comparada com a das economias avançadas). Apesar da presença de marcas chinesas no mercado mundial automobilístico e de produtos eletroeletrônicos, inclusive naqueles intensivos no emprego de TICs (como computadores e material de telecomunicações), a posição deste país ainda está bem aquém dos quatro primeiros colocados. Beneficiadas pela escala de um mercado interno imenso e de fortes exportações, os produtos chineses de maior valor agregado, ainda que mais baratos, não dispõem, em geral, de padrões de qualidade competitivos. Não obstante a posição desvantajosa, a China fez conquistas tecnológicas marcantes em setores tais como: aeroespacial, energia nuclear, defesa e guerra cibernética, indústria ferroviária, telecomunicações, entre outras. É impressionante, também, o investimento chinês feito na formação de engenheiros¹³ das várias especialidades, o que certamente resultará em futuros ganhos em matéria de desenvolvimento tecnológico.

França, Canadá e Reino Unido estão em posição mais favorável que o Brasil, especialmente devido à participação mais intensa das empresas privadas daqueles países no investimento em C&T&I. A Itália também tem uma presença significativa de investimento privado em P&D, mas o volume das inversões como percentagem do PIB é bem próximo do índice alcançado pelo Brasil.

Nesse ponto, merece destaque a contribuição maciça do investimento estatal brasileiro em C&T&I, de pouco mais de 50% dos quase 1,2% do PIB que o país gasta no setor. A meta do governo brasileiro é aumentar o investimento total em P&D para cerca de 2% do PIB, dos quais a metade (1%) corresponderia à iniciativa privada. Nos últimos três anos, porém, tal expectativa foi frustrada pela iniciativa privada, que reduziu o investimento em geral. Inclusive em ativos produtivos. A política

12 Tanto é excelente que o Brasil procurou usar o arranjo institucional alemão em matéria de geração de inovação como paradigma na constituição da EMBRAPI. O uso de um bom paradigma institucional, porém, está longe de ser garantia de sucesso na iniciativa brasileira.

13 Estima-se que a China forme 600.000 engenheiros/ano, o que se compara com o número destes profissionais no Brasil, da ordem de 40.000/ano.


governamental no governo Dilma para incentivar o investimento em C&T&I tem sido conceder subsídios para que grandes multinacionais venham criar centros de pesquisa no Brasil, a fim de promover uma espécie de substituição de importações de tecnologia por produção de inovações locais por parte de empresas multinacionais. Isto é mais nítido nos setores de óleo&gás, TICs, automobilística e produção de eletroeletrônicos (*tablets*, computadores etc.).

De qualquer forma, apesar de a prioridade da C&T&I ter aumentado no âmbito das preocupações governamentais nos últimos dez anos, as políticas públicas em vigor não demonstram que o Brasil esteja na rota do catch up a longo prazo com os líderes tecnológicos do mundo. Isto é verdade, inclusive, em setores em que o Brasil tem vantagens comparativas na produção, tais como petróleo e gás, energias renováveis, biotecnologia, agropecuária etc.

O Quadro III permite identificar quais são as dez principais empresas investidoras em C&T&I do mundo, numa lista composta basicamente por empresas automobilísticas, farmacêuticas e do segmento eletro-eletrônico ligado às TICs. No mesmo Quadro III, pode-se notar também que nos dez setores que mais atraem investimentos em P&D não se registra a presença de nenhuma grande empresa controlada por capitais brasileiros. Com efeito, se considerados os setores farmacêutico e biotecnologia, hardware e software, automobilístico e eletro-eletrônico, verifica-se que as grandes empresas que neles operam no Brasil são todas filiais de multinacionais.

Os maiores investidores mundiais em P&D*

Pesquisa feita pelo governo britânico apontou as empresas privadas que mais investem em pesquisa e desenvolvimento no mundo

As 10 empresas que mais investem em P&D no mundo				(em R\$ milhões)	Em que setores estão os maiores investimentos		
Empresa	Setor	País origem	Total		Setor	Empresas	Total
1 Toyota	Automotivo	Japão	19.244		Farmacêutico e biotecnologia	112	210.819
2 Roche	Farmacêutico	Suíça	18.201		Hardware	152	189.155
3 Microsoft	Informática	EUA	17.267		Automotivo	72	176.409
4 Volkswagen	Automotivo	Alemanha	16.460		Software e serviços	74	78.313
5 Pfizer	Farmacêutico	EUA	15.366		Eletroeletrônicos	79	76.336
6 Novartis	Farmacêutico	Suíça	14.659		Indústria química	69	48.569
7 Nokia	Eletrônico	Finlândia	14.208		Aeroespacial e defesa	33	41.337
8 Johnson & Johnson	Farmacêutico	EUA	13.843		Indústria do lazer	25	38.134
9 Sanofi-Aventis	Farmacêutico	França	12.992		Engenharia industrial	63	32.412
10 Samsung Electronics	Eletrônico	Coreia do Sul	12.822		Indústrias em geral	34	32.022

*dados de 2009
Fonte: The 2010 R&D Scoreboard, Department for Business, Innovation & Skills

Quadro III: Os maiores investidores mundiais em P&D

Fonte: Scoarebord, Departmente for Businesss. 2010.

A exemplo do que se observou no Gráfico IV anterior, o Mapa I a seguir demonstra que as empresas privadas têm papel preponderante na orientação e no financiamento da P&D (em vermelho no Gráfico IV e em cinza no Mapa I) em escala mundial. Particularmente, são as grandes empresas que impulsionam o investimento em C&T&I e, por conseguinte, são elas que podem, ou não, alterar o ranking mundial dos países mais inovadores e líderes na pesquisa.

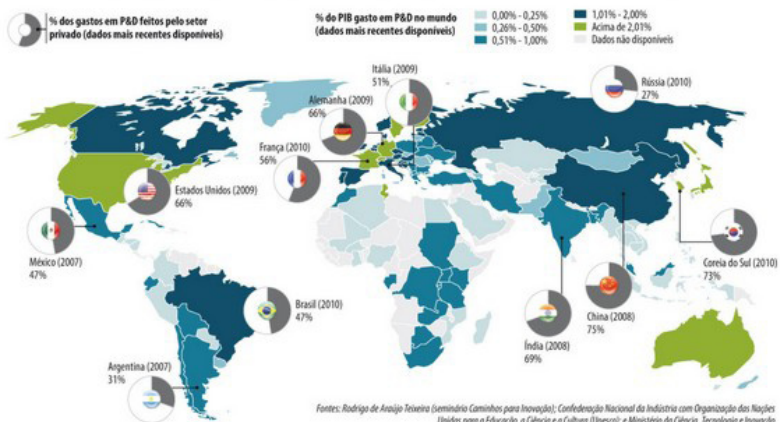
Conjugando esse raciocínio com o que se destacou no Quadro III sobre as corporações que mais investem em tecnologia, e os setores em que atuam, torna-se nítido que é ilusório imaginar que o Brasil conseguirá alterar sua posição relativa no ranking dos países que mais investem em C&T&I com base apenas no investimento público e de suas empresas estatais em P&D. Esperar que as multinacionais, aqui instaladas ou em processo de montagem de seus laboratórios e de centros de pesquisa, graças a generosos incentivos governamentais, vão melhorar a situação da autonomia tecnológica do País também parece um pensamento equivocado. No máximo, consegue-se substituir importações de tecnologia e formar pesquisadores brasileiros empregados nos laboratórios de empresas estrangeiras.

Logo, não parece haver alternativa à estratégia de necessariamente estimular as empresas brasileiras de capital nacional a investirem massivamente em P&D como requisito fundamental para reduzir a dependência tecnológica do Brasil, bem como para criar condições consistentes e sustentáveis para galgar posições no ranking internacional de países-líderes em geração de inovações tecnológicas específicas.

A PETROBRAS e a EMBRAPA constituem paradigmas que servem de referência para estruturar uma política realmente conseqüente neste campo.

Empresas arcam com até 75% dos investimentos em P&D no mundo. No Brasil, Estado paga a metade

América do Norte, Ásia e Europa concentram cerca de 90% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento. Nesses continentes, o setor privado responde pela maior parte dos projetos inovadores, ainda que subsidiados ou subvencionados pelos governos



Mapa I: Panorama mundial do investimento em P&D

Fonte: TEIXEIRA, Seminários para Inovação, s/d.

Finalmente, cabe assinalar que a crise internacional afetou profundamente o investimento em capacidade produtiva da maioria das empresas, as quais também foram induzidas a moderar suas metas de expansão das vendas. Entretanto, ao que tudo indica, os investimentos estratégicos em inovação não foram refreados em função da crise, pois as empresas-líderes sabem que, se não mantiverem sua capacidade de inovar, correm o risco de perder fatias de mercado para os concorrentes atuais ou potenciais.

Como conclusão, pode-se considerar que são pouco prováveis mudanças radicais nas posições relativas hoje ocupadas pelos países-líderes em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico. Não será surpresa, porém, se a Coreia do Sul subir no ranking internacional nos próximos dez anos, caso mantenha a intensidade de seus investimentos em inovação. A China também poderá encurtar significativamente a distância que a separa das nações-líderes, caso mantenha a trajetória de evolução dos últimos 30 anos, o que não parece fácil de acontecer. As sólidas posições de EUA e Alemanha, no entanto, não parecem ameaçadas.

6 PODER MILITAR E TECNOLOGIA

Da mesma forma que a distribuição do poder tecnológico entre as nações não deverá experimentar grandes alterações nos próximos 20-30 anos, deve-se esperar certa estabilidade em relação à hegemonia em termos de poder militar. Em primeiro lugar, as potências nucleares que têm, efetivamente, capacidade de projetar seu poder em qualquer região do mundo — a chamada pentarquia nuclear (EUA, Rússia, China, Reino Unido e França) — não alteraram suas posições relativas.

Em segundo lugar, os orçamentos militares dos países mantêm há muitos anos tal assimetria que não deixa margem a dúvidas: os EUA são, e continuarão a ser por muitos anos, a potência militar incontestável, conforme se depreende do Quadro IV e do Gráfico IV seguintes.

Posição	País	Despesas Militares(\$ b.)	Percentagem Mundial (%)
—	 Mundo	1464.0	100
1	 Estados Unidos da América	607.0	41.5
2	 China	84.9	5.8
3	 Reino Unido	65.7	4.5
4	 França	65.3	4.5
5	 Rússia	58.6	4.0
6	 Alemanha	46.8	3.2
7	 Japão	46.3	3.2
8	 Itália	40.6	2.8
9	 Arábia Saudita	38.2	2.6
10	 Índia	30.0	2.1
11	 Coreia do Sul	28.9	2
12	 Turquia	25.4	2
13	 Brasil	25.3	2
14	 Austrália	20.7	2
15	 Canadá	18.6	1

Quadro IV: Maiores gastos militares por país - 2008

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

Os Estados Unidos possuem 1,4 milhões de homens e mulheres em armas, dos quais cerca de 170 mil soldados sediados em bases militares instaladas em cerca de 50 países, ou em missões no exterior, cobrindo 150 nações. Os contingentes mais significativos estavam estacionados, em fins de 2013: no Afeganistão (68.000 militares), no Japão (53.000), na Alemanha (46.000), na Coreia do Sul (29.000), no Kuwait (15.000), na Itália (11.000) e no Reino Unido (9.000). Tais números podem ser considerados modestos em relação ao que já foram válidos em anos da Guerra Fria e de guerras localizadas (a Coreia e o Japão já tiveram mais de 200.000 guerreiros americanos em seus respectivos territórios).

As associações civis formadas para ajudar os muitos milhares de veteranos que participaram das guerras envolvendo forças dos EUA fornecem em sítio eletrônico (VETFRIENDS) um mapa digital e interativo que permite acompanhar quais foram, ano a ano, os contingentes de tropas estadunidenses localizadas em cada teatro de operações.

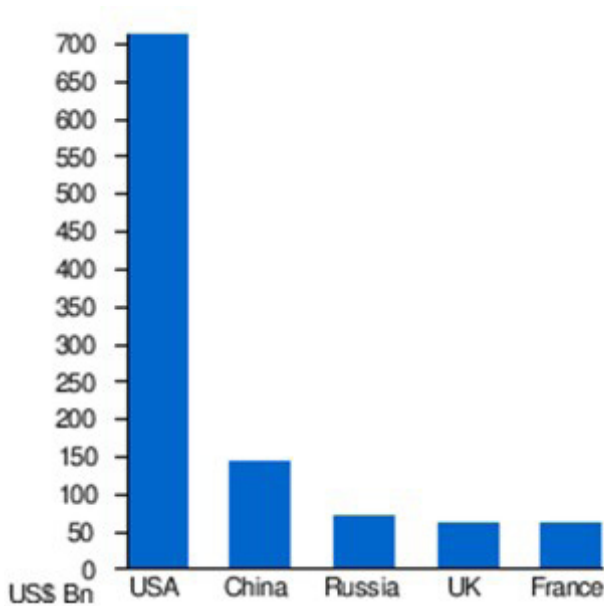


Gráfico V: Comparações entre os gastos militares das principais potências

Fonte: SIPRI

Um banco de dados sobre as bases militares norte-americanas, bastante detalhado e atualizado até dezembro/2012, com base em informações do Departamento de Defesa dos EUA, é fornecido pelo sítio eletrônico de uma entidade associativa dos veteranos de guerra daquele país (VETFRIENDS—2013) e vale a pena ser visitado para se ter uma noção mais precisa do que é o poder projetado em bases fixas por aquele país e de quanto isso deve custar.

A única forma imaginável de ver reduzir-se este imenso aparato de guerra, que custa bilhões aos contribuintes norte-americanos, seria em função de cortes orçamentários determinados pelo Congresso nos gastos de Defesa daquele país, colimando reduzir o déficit fiscal e o endividamento público (o chamado abismo fiscal, ou fiscal cliff, em inglês), objeto da Lei de Alívio do Contribuinte de 2012 (U.S.CONGRESS-2012). Ocorre que a aplicação do sequestro de verbas do orçamento, tarefa de um Super Comitê bipartidário no Congresso, resulta numa batalha interminável, com os Republicanos querendo limitar os cortes na Defesa e ampliá-los

nos Programas Sociais, enquanto os Democratas querem fazer exatamente o inverso. O impasse vigente em junho de 2013 estava em quanto seria cortado do teto de gastos em cada uma daquelas rubricas. Em princípio, seriam cortados US\$ 54 bilhões nos gastos em Defesa (9,8% do total) e igual valor absoluto dos gastos em Programas Sociais (correspondendo a 7,2% do total).

O desentendimento estabeleceu-se entre Democratas e Republicanos e os tetos de gastos serão rebaixados, em 2014, até os valores de US\$ 469 bilhões para os Programas Sociais e US\$ 498 para os gastos com Defesa, totalizando economias de US\$ 967 bilhões.

A acirrada luta parlamentar no sentido de preservar os gastos em Defesa torna claro que a sociedade norte-americana — ou pelo menos seus setores politicamente mais organizados — não está disposta a abrir mão da indiscutível supremacia militar estadunidense no planeta, no futuro. A importância destes gastos em Defesa para os orçamentos dos centros de pesquisas, das universidades e para a indústria fornecedora de bens e serviços para as forças armadas do país justifica o empenho de tantos congressistas na manutenção daqueles limites em patamares os mais altos possíveis.

A China também mantém elevados orçamentos para a Defesa, apesar de os discursos oficiais do Governo Central e do Partido Comunista enfatizarem com insistência a busca incessante do povo chinês pela paz universal. De fato, porém, desde os tempos da revolução liderada pelo Exército Vermelho, a China sempre se sentiu ameaçada por seus vizinhos ao norte (União Soviética e agora Rússia), a Leste (Japão), ao Sul (Índia) e pelo Mar da China (EUA). Com uma força terrestre de 2,3 milhões de soldados, o Exército da China é o maior do mundo, mas pode-se dizer que o foco das forças armadas chinesas é a defesa de seu território, do espaço aéreo e de seu mar jurisdicional. As forças armadas chinesas são desprovidas de sistemas de armas que permitam a projeção de poder em outras regiões, tais como porta-aviões. Sua primeira embarcação desse tipo foi lançada ao mar em setembro de 2012, e o segundo está em construção.

Rússia, França e Reino Unido possuem forças armadas adestradas e com razoável poderio em termos de sistemas de armas, inclusive nucleares, com alguma capacidade de projeção de poder (maior que a chinesa, mas muito inferior à norte-americana). Todos estes países mantêm programas de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse das respectivas bases industriais de defesa, mas seus resultados seriam incapazes de superar a já mencionada supremacia dos EUA.

O Brasil patina na área da Defesa, apesar de dispor de documentos razoavelmente bons, nos quais se estabelece corretamente que a estratégia de Defesa é inseparável da estratégia de desenvolvimento econômico social. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas que estão sob sua supervisão, não têm clareza na definição de suas prioridades, de modo que a Estratégia Nacional de Defesa, elaborada em 2008 e revisada em 2012, não se desdobra numa política pública consistente,

composta de programas e projetos bem desenhados e com recursos firmes alocados para o seu desenvolvimento.

Além disso, os orçamentos da Defesa, no Brasil — diferentemente do que ocorre nos EUA —, são objetos de corte sem a menor cerimônia por parte das autoridades econômicas, como se deu recentemente.

Por outro lado, como a sociedade brasileira não nutre projetos de conquista territorial, não vislumbra qualquer ameaça externa e como nosso último envolvimento em guerra se deu há sete décadas, assim mesmo num conflito que não nos dizia respeito, é compreensível que gastos com Defesa sejam tratados no Brasil como de baixa prioridade. Prevalecem, então, os projetos melhor estruturados, como os da Força mais organizada, a Marinha do Brasil, que está expandindo sua frota de submarinos convencional, em parceria tecnológica com a França, visando à construção futura de um submarino com propulsão nuclear. Da mesma forma, finalmente foi decidida pelo Governo a aquisição de 36 caças suecos SAAB-Gripen, atendendo assim à inclinação da Aeronáutica por este avião, em detrimento das aeronaves francesa e norte-americana. A escolha teve como fatores decisivos o compromisso da SAAB de transferir para empresas brasileiras as tecnologias já dominadas, desenvolver outras em conjunto e de fabricar boa parte dos componentes aqui no Brasil

De qualquer forma, apesar dos discursos enaltecendo projetos ambiciosos e estratégicos das três Forças (um carro de combate totalmente fabricado no Brasil, o Guarani; um sistema de monitoramento e vigilância das fronteiras SISFRON; um cargueiro aéreo de fabricação nacional, o KC-390; a retomada do projeto do VLS-Veículo Lançador de Satélites nacional, com a reconstrução da Base de Alcântara; os novos submarinos convencionais de tecnologia francesa e o de propulsão nuclear), com ênfase na fabricação nacional, os programas brasileiros de renovação do material de Defesa, por falta de recursos financeiros, não representam impulso significativo na estratégia industrial do país, ou na geração de emprego.

Em consequência, num horizonte visível, o Brasil não reduzirá o gap que o separa das nações que contam com sólidas infraestruturas de Defesa.

7 PROPOSTAS À GUIA DE CONCLUSÃO

A longa argumentação até aqui desenvolvida, fruto de reflexões mais ou menos acabadas acerca de políticas públicas econômicas, de desenvolvimento C&T&I e de Defesa, visou justificar o seguinte conjunto de propostas para discussão.

No horizonte dos próximos 20 anos, dificilmente haverá mudanças drásticas de posição nas posições-chaves do ranking das grandes potências econômicas, científico-tecnológicas e militares. Nos últimos 20 anos, o Brasil avançou significativamente na escala de classificação mundial, situando-se novamente entre os seis ou oito maiores mercados nacionais, dependendo de quanto nossa moeda este-

ja apreciada, ou depreciada. Para melhorar sua posição relativa, o Brasil teria de equacionar de uma vez por todas seu sistema educacional de modo a que possa produzir capital humano de níveis de qualidade compatíveis com os requerimentos científico-tecnológicos da sociedade do conhecimento. O caso da Coreia do Sul deveria servir de inspiração, não para cópia de instituições, mas como benchmark de resultados que precisam ser alcançados pelo Brasil em prazos urgentes.

Apesar das reformas para aplicação aos bancos que operam em escala internacional (Basileia III) e para monitorar, nos EUA, as grandes empresas financeiras e não financeiras que representem risco sistêmico e supervisioná-las através de agências reguladoras próprias (Lei Dodd-Frank), não pode ser descartado o risco de surgirem distorções de mercado propiciadas pelas políticas monetárias aplicadas nas grandes economias (EUA, Europa e Japão). É quase trivial imaginar que até 2030 grandes choques externos deverão surgir por conta de bolhas especulativas, crises monetárias (do euro? do dólar?), quebra de países irresgatáveis etc.

Neste futuro próximo, curto do ponto de vista histórico, o Brasil precisa manter suas reservas cambiais em níveis suficientes para enfrentar eventuais choques externos, mas não necessariamente tão altos quanto agora, em função da entrada vultosa de capitais especulativos, ávidos pelas nossas gordas taxas de juro e financiados pelas políticas monetárias de outros países, de inundação de liquidez (QE) para salvar seus bancos da insolvência e suas indústrias da recessão. Reservas cambiais elevadas custam caro ao contribuinte.

Não se colima, nas duas próximas décadas, fatores nítidos que justifiquem a previsão de grandes alterações relativas no ranking de países mais poderosos do ponto de vista econômico-financeiro, científico-tecnológico e militar. A Coreia do Sul pode galgar várias posições, porém, sua pequena dimensão demográfica não lhe garante entrar no primeiro time dos grandes mercados. Continuará, no entanto, a ser uma potência comercial, com exportações crescentes de produtos de alta tecnologia.

Apesar das reações às vezes desanimadoras dos empresários brasileiros, é preciso insistir em políticas de desenvolvimento C&T&I pelas empresas domésticas a qualquer custo. Importação de tecnologia e inovação e sua produção local por filiais de empresas estrangeiras tem de ser objeto de uma política específica. A liberdade dos empresários brasileiros para importá-las indiscriminadamente inviabiliza qualquer esforço para conectar empresas nacionais e laboratórios de universidades e centros de pesquisa locais. A vulnerabilidade externa tecnológica é, do ponto de vista estratégico, a mais grave “no mundo que vem aí”.

A política econômica brasileira tem de perseguir objetivos definidos com perseverança, o que evidentemente exige capital político para enfrentar a campanha sistemática dos meios de comunicação e dos “grandes analistas” a serviço dos rentistas por mais juros e mais austeridade fiscal. Taxas de juro real alinhadas com as vigentes no mercado internacional devem ser um componente permanente desta política e não uma variável para agradar, ou não, ao mercado.

Responsabilidade fiscal é outra componente da política econômica que precisa ser respeitada, principalmente pelo Congresso Nacional e pelos entes federados. Não apenas a responsabilidade fiscal em termos conservadores, prevista na Lei Complementar nº101/2000, mas a que busque obter o melhor resultado na aplicação dos recursos públicos. Não é possível que o Brasil dê tantos vexames na execução de obras públicas, não porque sua Engenharia tenha regredido, mas porque as licitações são feitas a partir de projetos básicos, e não de projetos executivos, conduzindo a erros de orçamento e de implementação catastróficos. Ou seja, é preciso melhorar muito a gestão pública, especialmente em matéria de infraestrutura.

As previsões de que o Brasil alcançaria a 5ª (quinta) posição no ranking dos maiores PIBs do mundo parecem, hoje — após reduzir-se um pouco a elevada apreciação do Real em relação a outras moedas, observada nos últimos anos —, demasiado otimistas. A hipótese não está afastada, sobretudo em vista da perspectiva de estagnação de algumas nações europeias a nossa frente (Reino Unido e França). Mas para tanto será preciso uma mudança significativa na política econômica brasileira, visando um projeto claro de desenvolvimento para o País e não apenas confiar que o mercado mundial terá o condão de produzir os milagres que esperamos.

REFERÊNCIAS

ACCENTURE, *Basel III and Its Consequences: Confronting a New Regulatory Environment [S I]*, 2011>. Disponível em: <http://www.accenture.com/SiteCollection/Documents/PDF/Accenture_Basel_III_and_its_Consequences.pdf>. Acesso em: jun. de 2013.

BIS-BANK OF INTERNATIONAL SETTLEMENTS, *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*, Basileia, 2010. (ver. Jun 2011) Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs189.pdf>>. Acesso em: jun. 2013.

BUREAU OF LABOR STATISTICS, U.S.DEPARTMENT OF LABOR, *International unemployment rates, July 2012*. Washington, 2012. Disponível em: <http://www.bls.gov/opub/ted/2012/ted_20121003.htm>. Acesso em maio de 2013.

BOLAÑOS, Alejandro. El rescate a la banca eleva el déficit público al 10,6%, el mayor de la UE. In: *El País*. Madrid, 22 abr. 2013. Disponível em: <http://economia.elpais.com/economia/2013/04/22/actualidad/1366622193_338129.html> Acesso: maio 2013.

FERREIRA, L. Resumo da lei Dodd-Frank, de 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/dodd-frank-act-o-que-e/60422/>>. Acesso em: jan. 2013.

HALAMI, Serge. Para Preparar a Reconquista. In: *Le Monde Diplomatique*. Brasil, maio de 2013.

SIPRI - STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, DATABASE. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stockholm_International_Peace_Research_Institute>. Acesso em: 10 mar. 2014.

U.S. CONGRESS. American Taxpayer Relief Act of 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/American_Taxpayer_Relief_Act_of_2012>. Acesso em: abr. de 2014.

VETFRIENDS Helping U.S Military Veterans Reconnect (AMIGOS DOS VETERANOS). Disponível em: <<http://www.vetfriends.com/US-deployments-overseas/historical-military-troop-data.cfm>>. Acesso em: 10 fev. 2013.